



# Dia a Dia

Sandro Thadeu

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

## **Bozzella sugere mudança no Código Penal**

O rompimento da barragem que servia como depósito de rejeitos minerais em Mariana (MG), em 2015, deixou sequelas às comunidades afetadas e uma grande frustração na sociedade pela falta de punição a quem responde pelas atividades da empresa. A indignação veio à tona no mês passado, com a semelhante tragédia ocorrida em Brumadinho (MG), que deixou 165 mortos e 155 desaparecidos. Diante disso, o deputado federal Júnior Bozzella (PSL) apresentou ontem o projeto de lei 812/2019, que tem o objetivo de alterar o Código Penal para punir com maior rigor os responsáveis por companhias que causam crimes provenientes de tragédias com resultado em morte e lesão corporal. Caso esta proposta apresentada pelo parlamentar da região - a primeira elaborada por ele no Congresso Nacional - seja aprovada sem modificações, a punição de crimes comuns com mortes passará a ser dobrada: de 12 anos, atualmente, vai para 24 anos de pena privativa de liberdade.

## **Punição justa**

O texto apresentado por Bozzella inclui um parágrafo único que também penaliza o dolo eventual (quando os dirigentes das empresas assumem o risco de matar) com pena de lesão corporal, de homicídio e de homicídio qualificado, podendo gerar de 12 a 30 anos de prisão.

## **Medida preventiva**

O vereador santista Chico Nogueira (PT) apresentou, na sessão de ontem, o projeto de lei que tem o objetivo de proibir o depósito de resíduos tóxicos e com potencial contaminante em solo e em águas do Município. A ideia é proteger os moradores locais e das cidades vizinhas contra os impactos ambientais e sociais de alguns empreendimentos, como a cava subaquática.

## **Lições de vida**

“A Baixada Santista tem antecedentes que nos mantêm em alerta. Não foram poucas as tragédias que vitimaram pessoas e o meio ambiente na região, de maneira irreversível. Tudo por ganância e falta de compromisso com a população”, destacou o petista.

## **Queda de braço**

Nesta semana, o Legislativo de Mongaguá derrubou vários vetos do prefeito Márcio Melo Gomes, o Márcio Cabeça (sem partido), a projetos de legislação. As propostas barradas pelo Executivo eram de autoria de membros da oposição.

## **Disputa política evidente**

A criação da semana de prevenção à gravidez na adolescência e do dia municipal do Conselho Tutelar foram algumas das proposituras que não tiveram o aval de Cabeça. O responsável pela Administração Municipal também foi contrário à sanção da Lei da Ficha Limpa, volta da a servidores comissionados.

VANESSA RODRIGUES - 7/10/2018



## **Critérios técnicos**

A deputada federal Rosana Valle (PSB - foto) negou que tenha assessores ligados ao PT e ao PCdoB, conforme foi divulgado nas redes sociais por algumas pessoas. Ela gravou um vídeo para desmentir a informação e declarou que está seguindo critérios técnicos para escolher a equipe de trabalho.

## **Direto ao ponto**

Rosana ainda não teve acesso ao apartamento funcional e está morando em um hotel. “Abri mão de qualquer despesa extra, mesmo que esteja prevista no mandato. Isso, com certeza, as fake news não vão divulgar, né?”, frisou.

## **Luta inglória**

A onda de informações falsas é comum em várias cidades, mas tal prática parece ser cada vez mais intensa em Cubatão, o que exige um grande esforço da Administração Municipal para combatê-las.

## **Fake news da moda**

Segundo o prefeito Ademário Oliveira (PSDB), circularam na internet várias mensagens nas redes sociais que haveria a abertura das comportas da represa de Rio das Pedras. “As pessoas compartilhavam fotos de outro estado, dizendo que é Cubatão e que a Cidade vai ser inundada. Isso é uma grande irresponsabilidade”, afirmou.

## Cidades

diariodolitoral.com.br A3  
SEXTA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2019



Grupo da Prefeitura esteve no Diário do Litoral explicando o CAT e mostrando documentos que legitimam a área

NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

**GARANTIA.** Prefeitura garante que a área foi cedida, documentalmente, pela Secretaria de Patrimônio da União

# PMS esclarece supostos equívocos do CAT

» Desde que a Prefeitura de Santos resolveu lançar o Projeto “Nova Ponta da Praia”, envolvendo não só o Centro de Atividades Turísticas (CAT) na área do Terminal Público Pesqueiro de Santos (TPPS), como ainda a construção do novo centro de convenções, um novo mercado de peixe, a reforma da Ponte Edgard Perdigão e outras obras viárias no bairro, que somam R\$ 130 milhões em investimentos do Grupo Mendes, muitos santistas se manifestaram nas redes sociais sobre o projeto, que ainda está longe de um consenso.

A equipe da Prefeitura garante que foi dada total transparência no processo, com audiências e reuniões periódicas com moradores, comerciantes e empreendedores da

Ponta da Praia, além de um encontro com os vereadores santistas, ocorrido no Paço Municipal, para apresentação e levantamento de dúvidas sobre o projeto.

Não convencido, o vereador Sadao Nakai (PSDB) resolveu comandar a audiência pública sobre o Projeto, na próxima terça-feira (19), às 19 horas, na Câmara de Santos. O objetivo é reunir autoridades e esclarecer dúvidas, em especial sobre os impactos que serão gerados no bairro com a construção de um centro de convenções e um novo mercado de peixe muito próximo de residências.

**GRUPO.** Recentemente, representantes da Administração estiveram no Diário explicando

que a mudança na Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), realizada ano passado, proposta pelo Executivo e aprovada pelo Legislativo, mudou também os núcleos de Intervenção e Diretrizes Estratégicas (NIDEs). Mendes usou a lei em duas NIDEs – a da Ponta da Praia, onde estão os terrenos de sua propriedade adquiridos com os três clubes (Regatas, Vasco e Saldanha), e o da Sorocabana, em que está localizado o atual Centro de Convenções, entre as avenidas Ana Costa e Bernardino de Campos.

**SOROCABANA.** No caso da Sorocabana, foi permitido que a área em que se encontra o atual Centro de Convenções deixasse de ser turística e passasse a ser co-



NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

Prédio do TPPS não está contemplado no projeto do CAT

mercial. O Grupo vai locar o imóvel para quatro grandes redes e se prontificou, em troca, a construir um novo centro e o mercado de peixe.

O secretário de Desenvolvimento, Júlio Eduardo dos Santos, o adjunto Glaucus Farinello, e o secretário adjunto Murilo Netto, disseram que o NIDE da Ponta da Praia, que só permitia que a área fosse para fins turísticos, agora, permite a construção de prédios na parte detrás dos clu-

bes, em troca de uma cessão onerosa ao Grupo Mendes de pouco mais de R\$ 43 milhões convertidos em obras viárias.

Os representantes da Prefeitura fizeram questão de ressaltar que o projeto da Ponta da Praia é vantajoso para o Município, que as intervenções viárias na Ponta da Praia vão melhorar o fluxo de veículos e não irão interferir na travessia



NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

Sadao Nakai (PSDB) resolveu comandar audiência pública sobre o Projeto, na próxima terça-feira

das balsas.

Além disso, garantem que o prédio do TPPS não está contemplado no CAT, portanto, o Governo Federal pode utilizá-lo para atividades pesqueiras conforme determina artigo 6º, do Decreto Federal 5.231/2004.

A Administração garante que, no prazo determinado, todas as informações solicitadas pelo Ministério Público Federal (MPF), em razão da representação apresentada pelo deputado estadual Paulo Corrêa Júnior (PEN), serão repassadas e adianta que todos os procedimentos seguiram rigorosamente os trâmites legais, com fundamento em certidões de matrícula dos imóveis registradas em cartório e instrumento de cessão emitido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), inscrita no documento como proprietária da área. Documentos, registre-se, que gozam de fé pública.

**MENDES.**

Procurado, o Grupo Mendes, por intermédio de seu representante, Paulo Mendes, informou que os possíveis ganhos financeiros são difíceis de serem mensurados, que a intenção foi sempre de promover o desenvolvimento de Santos e que sua participação na proposta envolvendo a Sorocabana e a Ponta da Praia está amparada pela lei. (Carlos Rattón)



# Plano de Mobilidade segue para conselho em Santos

» Abertura de passagens de pedestres e redução do uso de veículos, sejam os privados ou os coletivos, estão entre as principais propostas que constam na minuta do Plano de Mobilidade e Acessibilidade Urbanas de Santos (PlanMob-Santos), discutido na noite de quarta-feira (14) em audiência pública no auditório do Centro Administrativo da Prefeitura.

Agora, a versão final do documento com as propostas compiladas será submetida à avaliação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) e, depois, encaminhada para votação na Câmara Municipal.

O PlanMob-Santos, que será integrado ao Plano Diretor, tem por finalidade orientar o planejamento urbano da Cidade, em especial quan-



NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

**O Plano de Mobilidade, que será integrado ao Plano Diretor, vai orientar infraestrutura viária e planejamento urbano**

to aos modos, aos serviços e à infraestrutura viária e de transporte que garantem os deslocamentos de pessoas e bens em seu território, atendendo às necessidades atu-

ais e futuras.

Diretrizes relacionadas ao transporte coletivo, pontos de ônibus e maior qualidade nos serviços ofertados também foram tópicos do

documento discutidos no encontro. “O plano visa estimular modos sustentáveis de transporte. Aos poucos, pretendemos que a mudança ocorra nas pessoas”, disse a chefe do Departamento de Desenvolvimento Urbano, Eliana Mattar.

Conforme a lei federal 12.587/2012, o Plano de Mobilidade é obrigatório para municípios com população acima de 20 mil habitantes e para os que precisam fazer Plano Diretor, caso de Santos. O prazo dado pela legislação federal é abril deste ano.

O Plano também é necessário para a Cidade receber recursos federais para elaboração de obras vinculadas à mobilidade”, ressalta Eliana. Em janeiro e no início deste mês, a Sedurb promoveu oficinas de capacitação em todas as regiões do Município. Todo o conteúdo da minuta pode ser consultado em [www.santos.sp.gov.br/q?=institucional/plano-de-mobilidade-urbana-minuta-e-anexos](http://www.santos.sp.gov.br/q?=institucional/plano-de-mobilidade-urbana-minuta-e-anexos). (DL)

DocuSigned by:

Journal Diário do Litoral DL

424F4F1FD26D405...